

ATA Nº 24

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALDOAR, FOZ DO DOURO E NEVOGILDE

No dia trinta do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas e quarenta minutos, reuniu em Sessão Ordinária, no edifício da sede da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, sito na Rua da Vilarinha, 1090, nesta cidade do Porto, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com as seguintes presenças:

Nome	Cargo
José Esteves de Aguiar	Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia Aqui Há Porto - RM
Sofia César Machado	Primeira Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia Partido Social Democrata – PSD, em substituição do deputado Fernando Braga de Matos
Lídia Branco	Segunda Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia Partido Social Democrata – PSD, em substituição da deputada Marta Pinheiro
José Gagliardini Graça	Aqui Há Porto - RM
Eduardo Guimarães	Aqui Há Porto – RM, em substituição da deputada Magda Ferro e Tomás Meneses sucessivamente
Maria Norton	Aqui Há Porto – RM, em substituição do deputado João Paulo Alves e Inês Pinheiro sucessivamente
Rita Lima	Aqui Há Porto – RM
Michael Seufert	Aqui Há Porto – RM
Paulo Torres	Aqui Há Porto – RM, em substituição dos deputados Paula Almeida, João Paulo Sousa, Maria Teresa Guimarães, Miguel Cerquinho da Fonseca e Susana Amaral sucessivamente
Benedita Pinheiro Torres	Aqui Há Porto – RM
João Pedro Antunes	Partido Social Democrata – PSD
Francisco Sousa Rio	Partido Social Democrata – PSD
Miguel Aroso	Partido Social Democrata - PSD
Nuno Krug de Noronha	Partido Social Democrata – PSD, em substituição da deputada Sofia César Machado

Orlanda Santos	Partido Socialista - PS
Gonçalo Pereira	Partido Socialista - PS
João Pedro Simões	Partido Socialista – PS
Pedro Lourenço	Bloco de Esquerda - BE
João de Barros	CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP-PEV, em substituição do deputado Mário Cardoso

Verificadas as condições de quórum para a Assembleia poder validamente reunir e deliberar, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, dando as boas vindas a todos os presentes e, de seguida, começou por ler a Ordem de Trabalhos, a qual tem o seguinte teor:

Período Antes da Ordem do Dia

Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 34.º do Regimento da Assembleia de Freguesia.

Período da Ordem do Dia

1. Apreciação e votação da Ata da sessão Ordinária da AF de 27 de junho;
2. Apreciação e votação da Ata da sessão Extraordinária da AF de 30 de julho;
3. Apreciação e votação da Ata da sessão Extraordinária da AF de 17 de setembro;
4. Discussão do Relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição relativo a 2023;
5. Aprovação do Concurso Público para a Concessão da Gestão e Exploração do Teatro da Vilarinha;
6. Apreciação da Informação escrita do Sr. Presidente da União de Freguesias, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, José Esteves de Aguiar, deu então início aos trabalhos, com a cedência da palavra ao público presente. Usaram da palavra os cidadãos Mário Pimentel e José Manuel Macedo Mendes, representantes de um Movimento de cidadãos, cujo objectivo é debater e tentar ajudar a encontrar soluções para a Avenida Marechal Gomes da Costa, relativamente ao BRT.

O cidadão Mário Pimentel interveio primeiro, informando que estiveram presentes na Assembleia Municipal, onde informaram da necessidade de terem uma reunião com o Executivo da Metro do Porto, acerca das paragens BRT, com o objetivo de perceberem como é que vão

funcionar aquelas instalações, uma vez que pensam ser um atentado à segurança. Neste sentido, desafia a Junta para fazer uma petição, junto da sociedade Metro do Porto, para agendar uma reunião.

Interveio o Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, que informou já estar marcada uma reunião, com este Movimento, para amanhã.

O cidadão José Manuel Macedo Mendes interveio, lamentando nunca ter tido uma reunião, nem qualquer resposta, por parte da Junta.

Usou da palavra o deputado Pedro Lourenço (BE), que saudou os cidadãos que apresentaram o Movimento, informando que desconhecia esse documento, o qual gostaria que lhe fosse enviado, para uma análise em detalhe e, poder responder individualmente ao mesmo.

(10:20 - 11:52)

Dando entrada no período destinado às forças políticas e como forma de simplificar os trabalhos, o Presidente da Mesa propôs que, à semelhança do que tem acontecido em Assembleias anteriores, a admissão a discussão e votação dos 3 documentos recebidos pela Mesa seja votada em bloco, o que teve o acordo unânime dos deputados presentes.

Seguiu-se então a apresentação em conjunto das 3 propostas enviados pelo Bloco de Esquerda:

1. Recomendação, pela criação de creches municipais;
2. Moção, fazer frente à poluição do ar;
3. Voto de Saudação, 45 anos do Serviço Nacional de Saúde.

Começou por usar da palavra, o deputado Pedro Lourenço (BE), que apresentou e leu as três propostas. (13:01 – 20:18)

De seguida, usou da palavra o deputado José Graça (AHP), que acerca da proposta sobre o ar limpo, informou que no Porto já existem bolsas de calor monitorizadas, que são de difícil controlo, sendo o tratamento da qualidade do ar o que mais o preocupa. Destacou ainda que o Porto é um bom exemplo desse mesmo tratamento, tendo feito um enorme investimento, no âmbito da arborização e reabilitação de espaços verdes. (21:14 – 24:48)

Usou da palavra o deputado Michael Seufert (AHP), afirmando que, acerca do voto de saudação sobre o SNS, a sua bancada votaria a favor, mas uma vez que entende que não se trata de uma saudação, mas sim de uma moção de condenação, na qual o BE diz, entre outras coisas, que devem ser eliminadas, por exemplo, as parcerias público-privadas, por todas essas razões irão

votar contra, acrescentando que não deve ser, a nível autárquico, que estas questões devem ser decididas. (25:07 – 27:31)

De seguida, usou da palavra o deputado José Graça (AHP) que, sobre a moção das creches questionou se o Executivo tem apresentado esta preocupação ao Município e qual a resposta do mesmo. (28:16 – 29:13)

Usou da palavra o deputado Pedro Lourenço (BE), que questionou se o Executivo pode ou deve participar da discussão das propostas das forças políticas, ou apenas aos pedidos de esclarecimento. (29:30 – 30:18)

O Presidente da Mesa, José Esteves de Aguiar, respondeu a este pedido de esclarecimento, do deputado Pedro Lourenço, confirmando que o Executivo pode participar da discussão, desde que seja para responder a questões colocadas por deputados.

Tomou a palavra o Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, que veio esclarecer a questão levantada pelo deputado José Graça, dizendo que o Executivo tem feito todos os esforços e tentado levar avante a questão sobre as creches, tendo identificado no território um imóvel municipal para expansão da oferta de creches, com a expectativa de que, no próximo orçamento municipal, seja focado o território de Aldoar. Espera, na Assembleia de Freguesia de dezembro, trazer esta informação e comunicá-la aos deputados. (30:35 – 34:00)

Usou depois da palavra o deputado Pedro Lourenço (BE), que demonstrou satisfação por esta preocupação da Junta e, pediu um esclarecimento, sobre o número de vagas possíveis, para o próximo ano, no imóvel identificado. (34:13 – 35:35)

Tomou a palavra o Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, que esclareceu tratar-se de um imóvel municipal devoluto, para o qual sugeriram ao Município que permitisse a abertura, sendo que seria a expansão de uma creche, por estar muito próximo de uma instituição que já fornece o serviço de creche. Relativamente à quantidade de vagas, não consegue esclarecer neste momento. (35:51 – 37:40)

Colocados os documentos a votação, obtiveram-se os seguintes resultados:

1. Recomendação, pela criação de creches municipais: moção aprovada por unanimidade com 19 votos a favor;
2. Moção, fazer frente à poluição do ar: moção aprovada com 5 votos a favor (PS, BE e CDU) e 14 abstenções (MAHP e PSD);

3. Voto de Saudação, 45 anos do Serviço Nacional de Saúde: voto chumbado com 5 votos a favor (PS, BE e CDU) e 14 contra (MAHP e PSD).

Ainda antes da entrada no período da Ordem do Dia, pediu a palavra o deputado João de Barros (CDU), que questionou se o Executivo tinha algo previsto para a comemoração do Dia Internacional do Idoso e se havia algum equipamento social previsto, para os mesmos, nos bairros Fonte da Moura e Aldoar. Demonstrou a sua satisfação pelo facto de o Executivo estar atento ao problema das creches e colocou o problema da falta de abrigo dos utentes, nas paragens dos autocarros, junto ao bairro Fonte da Moura. Relativamente aos parques infantis, questionou o Executivo sobre o ponto em que se encontra este processo. Questionou também sobre um projeto passado, chamado: *Jardins de proximidade/15 minutos*, no qual estavam previstos 3 jardins. (41:30 – 46:38)

Usou da palavra, o deputado João Pedro Antunes (PSD), que colocou o problema do envio da documentação de suporte, para as Assembleias de Freguesia, em cima da data das mesmas. Solicitou, por isso, o envio dos documentos com mais antecedência. (46:53– 46:48)

Usou da palavra, a deputada Orlanda Santos (PS), que afirmou que, na AF de 17 de setembro, relativamente ao Fundo de Apoio ao Associativismo, foi levantada a questão, pelo BE, se as associações que não foram contempladas tinham sido notificadas, tendo o Presidente do Executivo dito que não, dada a urgência da entrega do relatório à Câmara. O PS sabe que a Câmara já retirou o contrato da UF e que o mesmo vai ser devolvido, para as associações se poderem pronunciar. A deputada alertou para que, futuramente, haja mais atenção com o cumprimento dos prazos, uma vez que, neste caso, as associações irão receber o dinheiro mais tarde. (48:38– 50:12)

Usou da palavra, o Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, que veio responder às questões colocadas pelos deputados. Em relação ao dia dos idosos, lembrou que este dia é comemorado diariamente, através do projeto Trajetórias, também com o projeto de exercício físico junto dos lares e muitos outros. Afirmou que relativamente às paragens de autocarro não são da competência da Junta, mas farão o encaminhamento, sempre que se justifique, solicitando neste caso, a ajuda do deputado na identificação desses equipamentos.

Relativamente aos parques infantis, referiu que há um projeto de implantação de um parque infantil novo, na praça Cidade da Prala, a recuperação de um parque infantil que não se encontra em condições de ser utilizado, na Cooperativa Ceta, a expansão de mais dois espaços,

para colocação de parques infantis, um em Aldoar, Junto ao CLIP e outro na zona da Foz, Junto ao Jardim do Passeio Alegre.

Relativamente aos espaços verdes e *Jardins de proximidade*, não sendo do atual Executivo, o Município tem investido em vários espaços verdes. Nos bairros de Aldoar e Fonte da Moura está previsto não só o investimento em espaços verdes, mas também a recuperação dos espaços exteriores. Em relação ao envio da documentação com a devida antecedência, tomará nota desta situação, para que chegue, em devido tempo, aos deputados.

Relativamente aos Fundos de Apoio ao Associativismo, disse que o que foi trazido aqui foi um relatório final, pois está prevista a dispensa de audiência prévia, disse também não haver nenhuma impugnação, porque não existe decisão formalizada, sendo que vão dar seguimento ao que é pedido, o que implicará trazer o relatório aos deputados, para que se possa dar resposta a esta questão. (50:51– 01:01:41)

Usou da palavra, o deputado João de Barros (CDU), que confirmou que a paragem mencionada era na rua de Angola; em relação aos parques infantis disse que os mesmos foram aprovados em atas anteriores: um parque infantil no bairro de Aldoar e outro no da Fonte da Moura. (01:02:10 – 01:03:41)

Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, deu-se entrada no ponto 1 da Ordem de Trabalhos – Apreciação e votação da Ata da sessão Ordinária da AF de 27 de Junho.

Colocado a votação, o ponto 1 da Ordem de Trabalhos foi aprovada com 13 votos a favor e 6 abstenções.

Deu-se entrada no ponto 2 da Ordem de Trabalhos - Apreciação e votação da Ata da sessão Extraordinária da AF de 30 de Julho.

Colocado a votação, o ponto 2 da Ordem de Trabalhos foi aprovado com 12 votos a favor e 7 abstenções.

Pediu a palavra o deputado Pedro Lourenço (BE), que solicitou uma retificação, na página 3, onde se discute o Fundo de Apoio ao Associativismo, na parte em que se lê: “o BE pediu um esclarecimento”, que passe a constar “o BE manifestou o seu desconforto e alertou para os riscos associados a esta decisão”.

Deu-se entrada no ponto 3 da Ordem de Trabalhos - Apreciação e votação da Ata da sessão Extraordinária da AF de 17 de setembro.

Colocado a votação, o ponto 3 da Ordem de Trabalhos foi aprovado com 15 votos a favor e 4 abstenções.

Deu-se entrada no ponto 4 da Ordem de Trabalhos - Discussão do Relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição relativo a 2023.

Usou da palavra o deputado Gonçalo Pereira (PS), que disse não estar completamente de acordo com o documento, e que não tem obtido resposta aos vários *e-mails* enviados. (01:11:38 – 01:13:03)

Usou da palavra o deputado Pedro Lourenço (BE), que disse parecer-lhe não estar a ser dado total cumprimento do Estatuto do Direito à Oposição, em particular o seu direito à informação, uma vez que considera que há uma falha na resposta aos pedidos de informação, nomeadamente o facto das atas de Executivo não serem publicadas, pois entende que há temas que não são trazidos à discussão para esta AF, e que o BE desconhece, por não saber das decisões tomadas nas reuniões do Executivo. (01:13:19 – 01:17:29)

Tomou a palavra o Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, que lamentou o atraso da colocação das atas no *site* e comprometeu-se com o envio das mesmas, aos deputados, no dia seguinte. (01:17:55 – 01:20:11)

Deu-se entrada no ponto 5 da Ordem de Trabalhos - Aprovação do Concurso Público para a Concessão da Gestão e Exploração do Teatro da Vilarinha.

Usou da palavra o deputado Miguel Aroso (PSD), que veio enaltecer a passagem da teoria à prática, relativamente ao Teatro da Vilarinha. Solicitou um esclarecimento relativamente ao júri do processo. (01:21:05 – 01:23:40)

Usou da palavra o deputado Pedro Lourenço (BE), que comentou que o grupo de trabalho fez um documento com um conjunto de propostas, mas que não recebeu nenhuma resposta e o BE também não recebeu qualquer documento. Relativamente à proposta, comentou que tem dúvidas em relação ao modelo adotado e considera errada a solução encontrada: o candidato que vai ficar com o Teatro da Vilarinha será o que propuser pagar mais dinheiro à Junta. Considera este documento pior do que o que foi anteriormente apresentado. Questionou o que foi pedido à Câmara e qual o motivo de recusa por parte desta. Entende que este caderno de encargos não responde às necessidades para o Teatro da Vilarinha. O BE vota contra esta proposta, solicita este esclarecimento ao Executivo e, pede aos membros desta AF, que

Impeçam a entrega deste equipamento, por 25 anos, a uma entidade que, no seu entendimento, não corresponde às necessidades identificadas. (01:24:05 – 01:31:47)

Tomou a palavra, o Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, que relativamente ao caderno de encargos, leu alguns artigos do documento, no qual considera estarem garantidas todas as necessidades para o Teatro, inclusivamente as obrigações exigidas ao futuro concessionário. Esclareceu que o Teatro será entregue a quem pagar mais, mas cumprindo as exigências que estão no caderno de encargos. (01:32:15 – 01:55:06)

Usou da palavra a deputada Orlanda Santos (PS), que questionou porque é que este documento foi posto a circular pelo AHP e pelo PSD e não foi distribuído ao resto da comissão; e se, aquando da visita efetuada ao Teatro da Vilarinha, o Presidente achava que o Teatro se encontrava limpo. (01:55:33 – 01:56:26)

Usou da palavra o deputado Pedro Lourenço (BE), que questionou o que é foi pedido à Câmara, antes de ser tomada a decisão de lançar o concurso público, qual foi a resposta e quais os fundamentos da Câmara, para não participar numa eventual solução para o Teatro. O BE acha que esta proposta não deve ser votada nem aprovada hoje. (01:56:54 – 02:03:01)

Tomou a palavra o Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, que esclareceu que iria enviar o documento, conforme pedido pela deputada Orlanda Santos. Relativamente à questão colocada pelo deputado Pedro Lourenço, esclareceu que a Câmara decidiu não avançar, assim que percebeu o investimento que seria necessário. Saliu a importância de haver um júri, para avaliar se as propostas que chegam cumprem todas as obrigações colocadas no caderno de encargos. (02:03:31 – 02:1:31)

Colocado a votação, o ponto 5 da Ordem de Trabalhos foi aprovada com 11 votos a favor, 4 votos contra e 2 abstenções.

Usou da palavra a deputada Rita Coelho Lima (AHP), que propôs a constituição do júri com a colaboração do grupo de trabalho do Teatro. (02:14:06 – 02:14:23)

A proposta foi aprovada com 15 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção.

Deu-se entrada no ponto 6 da Ordem de Trabalhos - Apreciação da Informação escrita do Sr. Presidente da União de Freguesias, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Usou da palavra o deputado João Pedro Simões (PS), que afirmou considerar o documento muito sucinto e, teceu alguns comentários sobre a baixa execução da receita e da despesa, em relação

ao mesmo período do ano anterior. Considerou também existir uma baixa execução do investimento orçamentado. (02:15:49 – 02:18:35)

Usou da palavra o deputado Pedro Lourenço (BE), que colocou algumas questões, sendo a primeira saber porque é que foi ultrapassado o período de cumprimento do direito de audiência prévia. A segunda questão foi no sentido de apurar se ainda persistem as situações dos cortes de água nos bairros de Aldoar e Fonte da Moura. A terceira questão foi para apurar se a atividade das ruas sem carros, não tendo havido nenhuma iniciativa na UF, teve seguimento junto da Câmara ou se foi recusada. A última questão foi sobre os concursos de recrutamento para a UF, solicitando um esclarecimento sobre a avaliação e entrevista, uma vez que verificou que os candidatos que têm melhores currículos, são os que têm pior classificação nas entrevistas. Solicitou ao Executivo se pode confirmar ou desmentir esta situação. (02:18:55 – 02:25:50)

Tomou a palavra o Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, que interveio no sentido de responder às questões colocadas. Relativamente à questão orçamental disse que a mesma está a par do ano anterior; em relação à dispensa de audiência prévia, explicou que foi dado pelo Município um prazo para a entrega dos relatórios, daí a dispensa de audiência prévia; relativamente aos cortes de água não tem ainda um ponto de situação; acerca da Iniciativa das ruas sem carros, não conseguiu levá-la avante, mas vai continuar a fazer esse esforço. Em relação aos processos de contratação disse não ser o Executivo que os lidera, mas sim júris. Afirma que não há nenhuma impugnação sobre as decisões tomadas sobre esta matéria. Só na parte final é que a decisão cabe ao Executivo. (02:26:40 – 02:41:50)

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, eram vinte e uma horas e vinte e dois minutos, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa da Assembleia.

O Presidente:



A 1ª Secretária:

A 2ª Secretária:

